



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2020

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

REALIZADA EM 19/02/2021

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Terceiro Quadrimestre de 2020, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no átrio da Prefeitura Municipal, na Internet (www.saojoaodopolesine.rs.gov.br) e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

Cumpre informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei. Assim, a presente avaliação exibirá os quadros e demonstrativos com saldos acumulados até 31 de dezembro de 2020.

1 – RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade indicar se os gastos do Município, no atendimento das necessidades públicas são compatíveis com a sua arrecadação. Também visa evidenciar se a Administração Municipal consegue honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

Em relação às metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, atualizadas pela Lei Orçamentária Anual de 2020, a arrecadação efetivamente realizada foi



menor em 21,21% do total previsto, cuja razão preponderante foi a não realização das transferências de capital constante no orçamento, uma vez que as receitas correntes atingiram 98,46% da sua estimativa anual.

Quanto à despesa, a Administração Municipal, buscou medidas de redução e controle dos gastos públicos. Essa iniciativa vislumbrou garantir o quanto possível um equilíbrio fiscal para dar continuidade à busca de recursos externos e assim aumentar a capacidade de investimento no Município, possibilitando superar a meta de resultado primário prevista na LDO/2020.

Os principais resultados fiscais, traduzidos pela apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal são apresentados no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	METAS PREVISTAS LDO/LOA	METAS REALIZADAS LOA
Receita total	21.822.000,00	17.871.394,26
Receita Primária (I)	19.879.042,97	16.840.437,54
Despesa total	20.793.414,06	16.948.242,78
Despesa Primária (II)	20.573.414,06	15.225.452,04
Resultado Primário (I-II)	-694.371,09	1.614.985,50
Resultado Nominal	-723.443,32	1.573.010,41

No período de janeiro a dezembro de 2020, o resultado primário foi de R\$ 1.614.985,50. O desempenho favorável demonstra que as receitas primárias foram suficientes para suportar as despesas primárias. O resultado positivo corresponde a um superávit de fluxo de caixa primário. O resultado primário pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

O superávit observado deve-se, principalmente, ao equilíbrio financeiro/orçamentário apresentado no período. As receitas primárias totais no período efetivaram um montante de R\$ 16.840.437,54, correspondendo a 84,67% da meta anual prevista. O valor verificado foi superior a Despesa Primária Total paga (Despesa Primária Corrente + Capital + Reserva de Contingência) – que corresponderam no mesmo período a R\$ 15.225.452,04.

Já o resultado nominal corresponde à variação da DCL - Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos). No final do 3º quadrimestre, o Resultado Nominal foi de R\$ 1.573.010,41, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, 9ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como as orientações do Tribunal de Contas do Estado, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período.



Nesse sentido, os resultados primário e nominal têm tendências semelhantes, ou seja, um resultado primário positivo contribui no sentido de aumentar o resultado nominal. Dessa forma, a apresentação dos resultados primário e nominal com sinal positivo, tanto para o resultado primário como para o resultado nominal, serão considerados superávit, e os resultados com sinal negativo serão considerados déficit.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2020	
		Receitas Realizadas (a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	15.757.245,12		15.515.154,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.129.350,00		1.629.820,33
IPTU	529.400,00		502.946,86
ISS	1.136.500,00		602.182,34
ITBI	150.000,00		198.260,74
IRRF	238.200,00		256.099,38
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	75.250,00		70.331,01
Contribuições	546.000,00		526.385,93
Receita Patrimonial	37.916,39		13.380,90
Aplicações Financeiras (II)	32.916,39		13.380,90
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00		-
Transferências Correntes	12.796.278,73		13.067.098,58
Cota-Parte do FPM	7.678.000,00		6.813.043,93
Cota-Parte do ICMS	2.384.000,00		2.269.376,65
Cota-Parte do IPVA	328.000,00		350.184,99
Cota-Parte do ITR	7.200,00		5.729,13
Transferências da LC 87/1996	-		-
Transferências da LC 61/1989	33.600,00		32.325,11
Transferências do FUNDEB	1.002.278,73		971.326,43
Outras Transferências Correntes	1.363.200,00		2.625.112,34
Demais Receitas Correntes	247.700,00		278.468,29
Outras Receitas Financeiras (III)	-		-
Receitas Correntes Restantes	247.700,00		278.468,29
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	15.724.328,73		15.501.773,13
RECEITAS DE CAPITAL (V)	6.064.754,88		1.569.652,42
Operações de Crédito (VI)	1.900.000,00		230.988,01
Amortização de Empréstimos (VII)	1.040,00		-
Alienação de Bens	163.400,00		54.666,30
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	-		-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	-		-
Outras Alienações de Bens	163.400,00		54.666,30
Transferências de Capital	3.991.314,24		1.276.515,48
Convênios	3.587.814,24		1.273.040,48
Outras Transferências de Capital	403.500,00		3.475,00
Outras Receitas de Capital	9.000,64		7.482,63
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-		-
Outras Receitas de Capital Primárias	9.000,64		7.482,63
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX)	4.163.714,88		1.338.664,41
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	19.888.043,61		16.840.437,54



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

DESPESAS PRIMÁRIAS		Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
							Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)		15.223.946,40	12.912.951,33	12.908.451,33	12.662.944,15	520.597,23	-	-
Pessoal e Encargos Sociais		8.077.751,92	7.452.218,89	7.452.218,89	7.423.607,73	97.524,33	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIV)		48.500,00	48.112,37	48.112,37	44.493,32	4.003,20	-	-
Outras Despesas Correntes		7.097.694,48	5.412.620,07	5.408.120,07	5.194.843,10	419.069,70	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)		15.175.446,40	12.864.838,96	12.860.338,96	12.618.450,83	516.594,03	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)		7.797.340,82	3.179.458,71	2.021.398,24	2.011.404,24	232.178,63	25.872,53	25.872,53
Investimentos		7.540.840,82	3.000.410,49	1.842.350,02	1.832.356,02	232.178,63	25.872,53	25.872,53
Inversões Financeiras		76.500,00	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)		-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)		-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)		-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras		76.500,00	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)		180.000,00	179.048,22	179.048,22	179.048,22	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX)		7.617.340,82	3.000.410,49	1.842.350,02	1.832.356,02	232.178,63	25.872,53	25.872,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)		55,94	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		22.792.843,16	15.865.249,45	14.702.688,98	14.450.806,85	748.772,66	25.872,53	25.872,53
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XXIa - (XXIIIa+XXIIIb + XXIIIc)]								1.614.985,50
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-694.371,09						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2020						
		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		16.781,85						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		58.756,94						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.573.010,41						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-723.443,32						
ABAIXO DA LINHA								
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO						
		Em 31/Dez/2019				Até o 6º Bimestre		
		(a)				(b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		762.189,75				734.607,06		
DEDUÇÕES (XXIX)		1.197.812,33				2.126.706,52		
Disponibilidade de Caixa		1.196.607,22				2.126.706,52		
Disponibilidade de Caixa Bruta		1.948.740,31				2.451.809,86		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		753.133,09				325.103,34		
Demais Haveres Financeiros		2.205,11				-		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-435.622,58				-1.392.099,46		
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		956.476,88						
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2020						
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		428.029,75						
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		-						
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		-						
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		-						
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		-						
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		-						
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		-						
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		528.447,13						
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)		570.422,22						
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.344.305,61						
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		-						
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		1.344.305,61						
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		748.580,00						



Segundo o Balanço Orçamentário da Receita o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluído as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2020 no montante de R\$ 22.682.000,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2020 foi de R\$ 17.871.394,26 tendo sido arrecadado, portanto, 78,79% da meta anual.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.822.000,00	21.822.000,00	3.532.121,25	16,19	17.084.806,45	78,29	4.737.193,55
Receitas Correntes	15.757.245,12	15.757.245,12	3.141.549,66	19,94	15.515.154,03	98,46	242.091,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.129.350,00	2.129.350,00	310.655,84	14,59	1.629.820,33	76,54	499.529,67
Impostos	2.054.100,00	2.054.100,00	275.920,61	13,43	1.559.489,32	75,92	494.610,68
Taxas	75.250,00	75.250,00	34.735,23	46,16	70.331,01	93,46	4.918,99
Contribuições	546.000,00	546.000,00	132.312,75	24,23	526.385,93	96,41	19.614,07
Contribuições Sociais	450.000,00	450.000,00	125.298,84	27,84	444.632,85	98,81	5.367,15
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	96.000,00	96.000,00	7.015,91	7,31	81.753,08	85,16	14.246,92
Receita Patrimonial	37.916,39	37.916,39	4.470,41	11,79	13.380,90	35,29	24.535,49
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Valores Mobiliários	32.916,39	32.916,39	4.470,41	13,58	13.380,90	40,65	19.535,49
Receita de Serviços	152.000,00	152.000,00	6.021,63	3,96	46.541,85	30,62	105.458,15
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	90.200,00	90.200,00	-	-	-	-	90.200,00
Outros Serviços	61.800,00	61.800,00	6.021,63	9,74	46.541,85	75,31	15.258,15
Transferências Correntes	12.796.278,73	12.796.278,73	2.655.271,65	20,75	13.067.098,58	102,12	(270.819,85)
Transferências da União e de suas Entidades	8.419.800,00	8.419.800,00	1.784.382,89	21,19	9.001.274,36	106,91	(581.474,36)
Transf dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.357.200,00	3.357.200,00	682.183,69	20,32	3.076.715,29	91,65	280.484,71
Transferências de Instituições Privadas	8.000,00	8.000,00	-	-	7.000,00	87,50	1.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.011.278,73	1.011.278,73	188.705,07	18,66	982.108,93	97,12	29.169,80
Outras Receitas Correntes	95.700,00	95.700,00	32.817,38	34,29	231.926,44	242,35	(136.226,44)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-	98.019,09	-	(98.019,09)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	60.700,00	60.700,00	14.314,64	23,58	92.641,85	152,62	(31.941,85)
Demais Receitas Correntes	35.000,00	35.000,00	18.502,74	52,86	41.265,50	117,90	(6.265,50)
Receitas de Capital	6.064.754,88	6.064.754,88	390.571,59	6,44	1.569.652,42	25,88	4.495.102,46
Operações de Crédito	1.900.000,00	1.900.000,00	119.809,85	6,31	230.988,01	12,16	1.669.011,99
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.900.000,00	1.900.000,00	119.809,85	6,31	230.988,01	12,16	1.669.011,99
Alienação de Bens	163.400,00	163.400,00	-	-	54.666,30	33,46	108.733,70
Alienação de Bens Móveis	73.400,00	73.400,00	-	-	30.480,00	41,53	42.920,00
Alienação de Bens Imóveis	90.000,00	90.000,00	-	-	24.186,30	26,87	65.813,70
Amortização de Empréstimos	1.040,00	1.040,00	-	-	-	-	1.040,00
Transferências de Capital	3.991.314,24	3.991.314,24	268.975,00	6,74	1.276.515,48	31,96	2.714.798,76
Transferências da União e de suas Entidades	3.950.740,48	3.950.740,48	268.975,00	6,81	1.276.515,48	32,31	2.674.225,00
Transf dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	40.573,76	40.573,76	-	-	-	-	40.573,76
Outras Receitas de Capital	9.000,64	9.000,64	1.786,74	19,85	7.482,63	83,13	1.518,01
Demais Receitas de Capital	9.000,64	9.000,64	1.786,74	19,85	7.482,63	83,13	1.518,01
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	860.000,00	860.000,00	206.740,76	24,04	786.587,81	91,46	73.412,19
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.682.000,00	22.682.000,00	3.738.862,01	16,48	17.871.394,26	78,79	4.810.605,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	22.682.000,00	22.682.000,00	3.738.862,01	16,48	17.871.394,26	78,79	4.810.605,74
DÉFICIT (VI)*	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	22.682.000,00	22.682.000,00	3.738.862,01	16,48	17.871.394,26	78,79	4.810.605,74
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.344.305,61	-	-	1.344.305,61	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	1.344.305,61	-	-	1.344.305,61	-	-



2.1 Receita Tributária

A Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias atingiu até o final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 1.629.820,33, representando uma realização de 76,54% do valor estimado para o ano.

O IPTU – Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana, a receita bruta em 2020 foi de R\$ 553.825,83, frente uma previsão R\$ 571.000,00. A arrecadação representa 96,99% da previsão inicial.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual foram projetados R\$ 150.000,00, acumulou-se uma receita de R\$ 198.260,74, 132,17% do valor estabelecido para 2020. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário.

Em relação ao ISSQN, a receita bruta em 2020 foi de R\$ 1.261.500,51 o que representa 71,81% do orçado. A dedução por renúncia de receita do ISS totalizou R\$ 659.316,60, que basicamente são os créditos dos certificados emitidos para empresa Meta Tecnologia.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 70.649,00 arrecadou-se, portanto, 93,88% da meta anual.

2.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam até o mês de dezembro, o valor R\$ 81.753,08, correspondendo a 85,16% da previsão anual. A receita mais expressiva do grupo é Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

2.3 Receita de Serviços

Na Receita de Serviços o total arrecadado foi de R\$ 46.541,85, ante uma previsão de R\$ 152.000,00, representando apenas 30,62% da previsão inicial. Cabe destacar, nesse grupo estava previsto a receita referente a realização de concurso público, no valor de R\$ 90.000,00 e o município não realizou concurso público em 2020.

2.4 Transferências Correntes

A previsão para as Receitas de Transferências Correntes no exercício de 2020 foi R\$ 12.796.278,73. Sua realização atingiu o percentual de 102,12%, totalizando R\$ 13.067.098,58. No grupo das Transferências Correntes da União, a receita realizada totalizou **R\$ 9.001.274,36** no período, correspondendo a 106,91% da previsão anual. O FPM foi incrementado, no mês de julho e dezembro, pela “Cota Extra” que totalizou R\$



689.624,64, valor este repassado aos municípios em atendimento do disposto na legislação vigente.



As Transferências Correntes do Estado, demonstraram um percentual realizado de **91,65%** em comparação à projeção para o ano, correspondendo a **R\$ 3.076.715,29**. A principal receita desse grupo, é a Cota-Parte do ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período, foram de **R\$ 2.836.720,88**, ou seja **95,19%** da expectativa inicial, que era de **R\$ 2.980.000,00**.

Outra importante fonte de receita do município, foram as transferências do Apoio Financeiro aos Municípios MP 938 que totalizou R\$ 616.287,00 e o Auxílio financeiro para mitigação dos efeitos do COVID 19 de R\$ 294.949,42.

2.4.1 – Transferências do FUNDEB

O quadro a seguir evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro de 2020, o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de **R\$ 971.326,43**, representando **96,91%** da previsão. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo com o valor de **R\$ 2.195.258,51**. Portanto, a perda acumulada no FUNDEB, ao final do exercício de 2020 foi de **R\$ 1.223.932,08**.

QUADRO 3 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual (A)	Realizada no Período (B)	% (B/A)
Valores Recebidos do FUNDEB	1.002.278,73	971.326,43	96,91
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.428.200,00	2.195.258,51	90,40
Perda com o FUNDEB	1.425.921,27	1.223.932,08	85,83

Fonte: Balancete da Receita do Sistema de Orçamento e Contabilidade do Município.

2.5 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram apenas 25,88% da previsão inicial para o ano. A maior previsão estava na transferência de capital tanto da esfera estadual como federal, cujo valor inicialmente previsto foi de **R\$ 3.991.314,24**, tendo ingressado apenas **R\$ 1.276.515,48** no período. No exercício financeiro de 2020 o Município arrecadou R\$ 30.480,00 com alienação de bens móveis e R\$ 24.186,30 com alienação de bens imóveis.



3. ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita total realizada no período de janeiro a dezembro de 2020, apresentou uma execução SUPERIOR à Despesa total empenhada. Em valores consolidados, a correlação (despesa total/receita total) foi de 0,9483 demonstrando um Superávit Orçamentário de **R\$ 923.151,48**.

As Despesas Empenhadas, no acumulado do ano de 2020 totalizaram **R\$ 16.948.242,78**, valor equivalente a 70,85% do total dos créditos atualizados autorizados.

Analiticamente, o total das despesas correntes empenhadas foi de **R\$ 12.912.951,33** correspondendo a 84,92% da previsão atualizada para esta categoria econômica. As despesas de capital totalizaram **R\$ 3.179.458,71**, ou seja, 40,77% dos créditos autorizados.

QUADRO 5 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	SALDO (g)=(e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	SALDO (i)=(e-h)		
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21073.420,00	23.021.343,16	17.919.006,85	16.092.410,04	6.928.933,12	3.034.344,37	14.929.849,57	8.091.493,59	14.674.348,39	1.162.580,47
DESPESAS CORRENTES	14.247.286,40	15.223.946,40	19.662.287,38	12.912.951,33	2.310.995,07	2.524.573,83	12.908.451,33	2.315.495,07	12.662.944,15	4.500,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.765.170,59	8.077.751,92	14.684.946,01	7.452.219,89	825.533,03	153.094,75	7.452.219,89	825.533,03	7.423.807,73	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	40.000,00	48.500,00	7.823,96	48.12,37	387,63	7.823,96	48.12,37	387,63	44.493,32	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.442.115,81	7.097.894,48	493.517,41	5.412.620,07	1.685.074,41	1.003.654,92	5.408.120,07	1.689.574,41	5.194.843,10	4.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.546.127,66	7.797.340,82	(246.386,73)	3.179.458,71	4.617.882,11	509.770,74	2.021.398,24	5.775.942,58	2.011.404,24	1.158.060,47
INVESTIMENTOS	6.279.627,66	7.540.840,82	(276.228,10)	3.000.410,49	4.540.430,33	479.929,37	1.842.350,02	5.698.490,80	1.832.356,02	1.158.060,47
INVERSÕES FINANCEIRAS	86.500,00	76.500,00	-	-	76.500,00	-	-	76.500,00	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	180.000,00	180.000,00	29.841,37	179.048,22	951,78	29.841,37	179.048,22	951,78	179.048,22	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	280.005,94	55,94	-	-	55,94	-	-	55,94	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	860.000,00	899.525,00	207.675,48	855.832,74	43.692,26	207.675,48	855.832,74	43.692,26	786.587,81	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21933.420,00	23.920.868,16	19.275.76,13	16.948.242,78	6.972.625,38	3.242.019,85	15.785.682,31	8.135.185,85	15.460.936,20	1.162.580,47
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	21933.420,00	23.920.868,16	19.275.76,13	16.948.242,78	6.972.625,38	3.242.019,85	15.785.682,31	8.135.185,85	15.460.936,20	1.162.580,47
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	923.151,48	-	-	2.085.711,95	-	2.410.458,06	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	21933.420,00	23.920.868,16	19.275.76,13	17.871.394,26	-	3.242.019,85	17.871.394,26	-	17.871.394,26	1.162.580,47
RESERVA DO RPPS	748.580,00	748.580,00	-	-	748.580,00	-	-	748.580,00	-	-

3.1 Despesa de Pessoal

Conforme evidenciado nos quadros 6 e 7, a Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 41,45% para o Executivo e de 2,92% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida Ajustada, acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 15.994.338,06 e está assim discriminada:



DISCRIMINAÇÃO	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	18.426.444,93
(-) IRRF s/ Rendimentos do Trabalho	245.812,86
(-) Deduções da Receita Corrente	2.911.290,90
(-) CPSSS do Servidor Ativo – Principal	444.632,85
(-) Remuneração dos Recursos do RPPS	4.302,34
(+) Ajustes Perdas c/ FUNDEB	1.223.932,08
(-) Dedução Prevista no Art. 166 da CF	50.000,00
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.994.338,06

QUADRO 7 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

DISCRIMINAÇÃO	Despesa Li- quidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	6.629.979,96	41,45	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	466.472,76	2,92	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	7.096.452,72	44,37	57%	60%

4. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº. 001/2003 e instrução normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 3.323.887,84, o que corresponde a 25,13% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal, em seu artigo 212.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, que uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, no exercício de 2020, o montante de R\$ 657.296,87 o que corresponde a 67,66% dos recursos do referido fundo atendendo o dispositivo legal supracitado.

5. AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

Quanto aos recursos vinculados da Saúde, ressaltamos o seguinte: Receitas provenientes de impostos, transferências e dívida ativa tributária somaram a quantia de **R\$ 13.225.407,64**. O Município de São João do Polêsine teria que aplicar para os serviços públicos de saúde o percentual de 15% que corresponde a **R\$ 1.983.811,15**. No decorrer do



exercício esses valores não foram suficientes para atender todas demandas com os serviços de saúde, e o município aplicou **R\$ 2.509.771,89**, atingindo um percentual de **18,98%** da arrecadação de impostos e transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

Cabe destacar, que decorrente do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo Coronavírus, o Município recebeu R\$ 365.246,77 de recursos para combate ao COVID-19. Em 2020, o Município aplicou R\$ 275.122,00 em ações para enfrentamento do COVID-19. Era o que entendemos de relevante e necessário relatar.

6. RESTOS A PAGAR

O quadro abaixo detalha as movimentações dos Restos a pagar, Processados e não processados:

Quadro Sintético da Dívida Flutuante				
Descrição	Saldo do Exercício Anterior	Inscrições no Exercício	Baixas no Exercício	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Processados	746.609,37	15.637.047,29	16.067.729,53	315.927,13
Restos a Pagar Não Processados	25.872,53	1.158.060,47	25.872,53	1.158.060,47
Demais obrigações a Curto Prazo	41.550,49	5.093.033,99	5.060.660,44	73.924,04
Totais	814.032,39	21.888.141,75	21.154.262,50	1.547.911,64

Com base na Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, art. 54 e alínea “b” do inciso III do art. 55, no final do exercício de 2020 o município apresentou a importância de R\$ 1.474.218,81 em restos a pagar. Deste total, R\$ 316.158,34 (21,45%) em restos a pagar processados e R\$ 1.158.060,47 (78,55%) de restos a pagar não processados.

Especificamente em relação aos Restos a Pagar, que compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se os processados dos não processados, tem-se, como regra, a necessidade de recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação. Do estoque de restos a pagar em 31/12/2020, 100,00% foram inscritos com disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Diante disso, fica evidenciado o empenho e o esforço da administração na redução e controle dos gastos, buscando sempre o equilíbrio financeiro das contas públicas.

7. RECEITA E DESPESA PREVIDENCIÁRIA





Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No exercício de 2020, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 1.235.523,00, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do RPPS, tiveram uma liquidação total de R\$ 62.193,32, obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 1.173.329,68. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

QUADRO 9 – RECEITAS E DESPESAS DO RPPS

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	482.000,00	482.000,00	128.477,21	26,66	448.935,19	93,14	33.064,81
Receitas Correntes	482.000,00	482.000,00	128.477,21	26,66	448.935,19	93,14	33.064,81
Contribuições	450.000,00	450.000,00	125.296,84	27,84	444.632,85	98,81	5.367,15
Contribuições Sociais	450.000,00	450.000,00	125.296,84	27,84	444.632,85	98,81	5.367,15
Receita Patrimonial	12.000,00	12.000,00	3.180,37	26,50	4.302,34	35,85	7.697,66
Valores Mobiliários	12.000,00	12.000,00	3.180,37	26,50	4.302,34	35,85	7.697,66
Outras Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	-	-	-	-	20.000,00
Demais Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	-	-	-	-	20.000,00
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	860.000,00	860.000,00	206.740,76	24,04	786.587,81	91,46	73.412,19
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.342.000,00	1.342.000,00	335.217,97	24,98	1.235.523,00	92,07	106.477,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	1.342.000,00	1.342.000,00	335.217,97	24,98	1.235.523,00	92,07	106.477,00
DÉFICIT (VI)*	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	1.342.000,00	1.342.000,00	335.217,97	24,98	1.235.523,00	92,07	106.477,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	SALDO (g)=(e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	SALDO (i)=(e-h)		
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	593.420,00	593.420,00	9.132,06	62.193,32	531.226,68	11.532,06	62.193,32	531.226,68	62.193,32	-
DESPESAS CORRENTES	593.420,00	593.420,00	9.132,06	62.193,32	531.226,68	11.532,06	62.193,32	531.226,68	62.193,32	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	480.000,00	480.000,00	9.765,63	51.107,31	428.892,69	9.765,63	51.107,31	428.892,69	51.107,31	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.420,00	113.420,00	-633,57	11.086,01	102.333,99	1.766,43	11.086,01	102.333,99	11.086,01	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	593.420,00	593.420,00	9.132,06	62.193,32	531.226,68	11.532,06	62.193,32	531.226,68	62.193,32	-
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	593.420,00	593.420,00	9.132,06	62.193,32	531.226,68	11.532,06	62.193,32	531.226,68	62.193,32	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	1.173.329,68	-	-	1.173.329,68	-	1.173.329,68	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	593.420,00	593.420,00	9.132,06	1.235.523,00	-	11.532,06	1.235.523,00	531.226,68	1.235.523,00	-
RESERVA DO RPPS	748.580,00	748.580,00	-	-	748.580,00	-	-	748.580,00	-	-

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados permitem concluir que:

a) No período de janeiro a dezembro de 2020, a execução orçamentária (receita e despesa) apresentou um superávit orçamentário de **R\$ 2.085.711,95**.



b) O Resultado Primário e Nominal apurado até o quadrimestre em análise, atingiram 1.614.985,50 e 1.573.010,41, respectivamente, superando as metas fixadas para os mesmos na LDO de 2020.

c) O desempenho das principais receitas do Município, principalmente as originadas de transferências da União, a exemplo do FPM, e do Estado (ICMS), estão de acordo com o projetado para o ano.

d) Com relação aos gastos em Educação, o percentual aplicado no exercício de 2020, superando o limite mínimo constitucional, atingindo 25,13%.

e) Na área da saúde, a administração municipal tem aportado recurso significativamente superior ao mínimo exigido legalmente para as Ações e Serviços Públicos de Saúde. Conforme apurado, foram destinados recursos próprios para a saúde no montante de R\$ 2.509.771,89, o que representa um percentual de 18,98%, ao passo que a Constituição e a LC nº 141/2012 exige 15%. Assim, em termos financeiros, houve um repasse acima do mínimo de R\$ 526.104,11.

f) Quanto aos restos a pagar, todos empenhos foram inscritos com suficiência financeira, demonstrando o empenho da administração em buscar o equilíbrio financeiro.

g) Por fim, cabe ponderar que as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo, no quadrimestre em análise, encontram-se abaixo dos limites legais, demonstrando de modo geral, o cumprimento da Constituição Federal.

São João do Polêsine, 18 de fevereiro de 2021.

MATIONE SONEGO
Prefeito Municipal

JONATHAN GASSEN
Contador
CRC/RS 089057

